



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforçar o controlo dos preços dos produtos e adoptar as correspondentes medidas

Com vista a aliviar, nesta situação de epidemia, as dificuldades da vida dos residentes e apoiar as micro, pequenas e médias empresas na exploração das suas actividades, o Governo vai lançar, novamente e em breve, o Plano de benefícios de consumo por meio electrónico. Segundo alguns residentes, com a experiência das primeiras três rondas do referido plano, o mecanismo de controlo dos preços dos produtos está a amadurecer e, neste momento, é mais fácil consultar as informações sobre os preços dos produtos comuns do que no passado. No entanto, os residentes ainda estão preocupados com algumas lojas que, antes do lançamento do plano, procedem ao aumento, por vezes escondido, dos preços, através de “venda conjunta”, “redução da qualidade de produtos” e “aumento das taxas de serviços”. É difícil baixar preços depois destes terem aumentado, e facilmente os encargos económicos passam a ser de longo prazo.

Segundo afirmações recentes, o Governo vai incentivar as lojas a assumirem devidamente as suas responsabilidades sociais em relação aos preços dos produtos, e vai ponderar definir esta assunção de responsabilidades como pressuposto para as lojas poderem aderir ao Plano de benefícios de consumo por meio electrónico, uma medida que a população espera que possa ser efectivamente concretizada. No entanto, há quem entenda que, num mercado livre, os meios administrativos para controlar a fixação e o aumento irrazoável dos preços são limitados, por isso, espera-se que o Governo pondere, com base na avaliação das Lojas certificadas, integrar a “manutenção de preços razoáveis” no respectivo Código de práticas e definir como critério o “número de queixas apresentadas pelos consumidores”, para criar um



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sistema de avaliação integrada, e definir o resultado da avaliação como factor para as lojas poderem aceder aos diversos apoios e benefícios concedidos pelo Governo.

Para além disso, há vozes na sociedade que sugerem ao Governo que pondere a contratação temporária de desempregados e jovens à procura de emprego para os trabalhos de recolha e estatística das informações sobre os preços dos produtos, oferecendo, por um lado, oportunidades de emprego e conseguindo, por outro, dispor de pessoal suficiente para reforçar os trabalhos de tratamento das queixas e conflitos relacionados com os preços dos produtos.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns residentes sugerem ao Governo que, nos *websites* oficiais e na página do Posto de informações de preços de Macau, se usem métodos mais fáceis de compreender, tais como gráficos lineares, e se divulguem os preços durante 6 meses, antes e depois do início oficial do Plano de benefícios de consumo por meio electrónico, dos produtos das lojas participantes no Plano, a fim de facilitar o conhecimento do público sobre a variação dos preços, antes e depois do Plano, e de se poder avaliar se houve lugar a aumentos irrazoáveis dos preços. O Governo vai ponderar sobre isto?

2. O Governo deve aperfeiçoar o Código de práticas para as Lojas Certificadas, com vista a criar, gradualmente, um sistema de avaliação integrado. Vai fazê-lo?

22 de Abril de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting